



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO de Nível Superior

CONTROLADOR INTERNO

PROVA TIPO

1

**Provas de Português, Raciocínio Lógico,
Geografia e História de Rio Largo e Conhecimentos Específicos.**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Caderno de Questões somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém 70 (setenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de **4h30** (quatro horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **3h** (três horas) do seu início.
5. Ao receber a **Folha de Respostas**, confira seu **nome, número do seu documento de identificação e cargo escolhido**.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra Folha de Respostas.
7. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas**, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo:

1	A	B	C	D	E
	☐	☐	☐	☒	☐
8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na Folha de Respostas de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos à todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** e assine a **Lista de Presença**.
13. Nas salas que apresentarem apenas um fiscal, os 3(três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se juntos da sala de prova, após assinatura da Ata de Encerramento.

Boa Prova!

Nº do documento de identificação:

Assinatura do(a) candidato(a):



**PORTUGUÊS****As questões de 1 a 3 referem-se ao texto seguinte.**

1 No ensino, como em outras coisas, a liberdade deve
3 ser questão de grau. Há liberdades que não podem ser
5 toleradas. Uma vez conheci uma senhora que afirmava não
7 se dever proibir coisa alguma a uma criança, pois deve
9 desenvolver sua natureza de dentro para fora. “E se a sua
11 natureza a levar a engolir alfinetes?” indaguei [...]. No
13 entanto, toda criança abandonada a si mesma, mais cedo
15 ou mais tarde, engolirá alfinetes, tomará veneno, cairá de
17 uma janela alta ou doutra forma chegará a mau fim. Um
pouquinho mais velhos, os meninos, podendo, não se
lavam, comem demais, fumam até enjoar, apanham
resfriados por molhar os pés, e assim por diante – além do
fato de se divertirem importunando anciãos [...]. Quem
advoga a liberdade da educação não quer dizer que as
crianças devam fazer, o dia todo, o que lhes der na veneta.
Deve existir um elemento de disciplina e autoridade; a
questão é até que ponto, e como deve ser exercido.

(Bertrand Russell)

1. Dadas as proposições seguintes,

- I. Um dos limites a serem atribuídos à liberdade é a integridade física da criança.
- II. A autonomia dada a uma criança deve estar associada à disciplina e à autoridade.
- III. A essência do texto é mostrar que as pessoas não sabem usar a liberdade.
- IV. A liberdade constitui valor absoluto, cabendo a cada um saber regular esta.

quais são verdadeiras?

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II, III e IV.
- E) I, II e III.

2. Qual a função sintática das expressões de grau (linha 2), os meninos (linha 10) e da educação (linha 14), respectivamente?

- A) objeto indireto – sujeito – complemento nominal
- B) adjunto adnominal – aposto – complemento nominal
- C) objeto indireto – sujeito – adjunto adnominal
- D) complemento nominal – aposto – adjunto adnominal
- E) complemento nominal – sujeito – complemento nominal

3. O texto pode ser entendido como

- A) descritivo e dissertativo, pela transmissão da imagem de uma cena e apresentação de elementos argumentativos.
- B) narrativo, pelo diálogo que houve entre o autor e uma senhora.
- C) descritivo, porque expõe uma sequência de ações realizadas pelas crianças.
- D) dissertativo, porque há a exposição de um ponto de vista.
- E) narrativo e dissertativo, pela mistura de ocorrências e exposição de fatos e ideias.

As questões de 4 e 5 referem-se ao texto seguinte.

O homem vive entre diversos tipos de temporalidade. Na realidade, há uma percepção intuitiva de que os múltiplos sentidos de tempo se entrecruzam na vida cotidiana. A percepção mecânica objetiva, definida pelos relógios e calendários orienta nossas atividades rotineiras. Estabelece ritmos e nos auxilia operacionalmente a definir prazos e compromissos. Em um sentido consensual geral, o tempo determinado espacialmente pelos cronômetros, pela periodicidade dos meses e das estações do ano ou pela delimitação de períodos ou eras é uma abstração. O homem ocidental subordina-se pragmaticamente às suas determinações – horas, minutos, segundos, meses, anos... – e orienta as ações de acordo com sua imagem de continuidade e progressão (KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003, p. 31).

4. Para a autora, a percepção mecânica do tempo

- A) provoca os entrecruzamentos instintivos.
- B) reformula os paradigmas sociais.
- C) estabelece formas sociais inusitadas.
- D) determina as ações cotidianas.
- E) dimensiona as ações intuitivas.

5. O parecer sobre a temporalidade está centrado numa contradição, num paradoxo. Essa assertiva pode ser vista em:

- A) o homem vive em diversas concepções de tempo.
- B) o tempo objetivo define as rotinas cotidianas.
- C) o homem ocidental está atrelado ao sentido de tempo cronológico.
- D) a sociedade humana encaminha-se pragmaticamente pela linha do tempo.
- E) a concepção objetiva de tempo é também uma abstração.

As questões 6 e 7 referem-se ao texto seguinte.

Como seriam as coisas e as pessoas antes que lhes tivéssemos dado o sentido de nossa esperança e visão humanas? Devia ser terrível. Chovia, as coisas se ensopavam sozinhas e secavam, e depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira. Sem dar ao mundo o nosso sentido humano, como me assusto. Tenho medo da chuva, quando a separo da cidade e dos guarda-chuvas abertos, e dos campos se embebendo de água (Clarice Lispector).

6. Na oração “Sem dar ao mundo o nosso sentido humano”, o verbo

- A) suprime os complementos.
- B) é complementado por objeto direto e objeto indireto.
- C) é intransitivo.
- D) é acompanhado apenas por um adjunto adverbial.
- E) é complementado por um objeto indireto.



7. O excerto “Chovia, as coisas se ensopavam sozinhas e secavam, e depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira” pode ser reescrito sem desvio de sentido nem subversão da norma culta na opção:

- A) Chovia. Ensopava-se as coisas sozinhas e secavam, depois ardiam ao sol e se crestavam em poeira.
- B) Chovia, mas as coisas se ensopavam sozinhas, depois secavam, ardiam ao sol e se crestavam em poeira.
- C) Chovia. As coisas se ensopavam sozinhas e secavam. Depois ardiam ao sol e crestava-se em poeira.
- D) Chovia. Ensopavam-se as coisas sozinhas, secavam, depois ardiam ao sol e crestavam-se em poeira.
- E) Chovia, e depois as coisas, ensopavam-se sozinhas, ardiam ao sol e se crestavam em poeira.

As questões 8 e 9 referem-se ao texto seguinte.

“Quis arrancá-lo dali, mas não pude; ele estava arraigado ao chão, e só continuou a andar quando a briga cessou inteiramente, e um dos cães, mordido e vencido, foi levar a sua fome a outra parte. Notei que ficara sinceramente alegre, posto contivesse a alegria, segundo convinha a um grande filósofo. Fez-me observar a beleza do espetáculo, lembrou o objeto da luta, concluiu que os cães tinham fome; mas a privação do alimento era nada para os efeitos gerais da filosofia. Nem deixou de recordar que em algumas partes do globo o espetáculo é mais grandioso: as criaturas humanas é que disputam aos cães os ossos e outros manjares menos apetecíveis; a luta que se complica muito, porque entra em ação a inteligência do homem, com todo o acúmulo de sagacidade que lhe deram os séculos” (Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*).

8. A briga de cães, como pretexto, passa a ser um argumento secundário,

- A) visto que o argumento central é a briga dos homens pelo mesmo motivo, mas com o agravante da experiência e da sagacidade.
- B) visto que, em essência, o elemento temático central do texto é a problemática das guerras entre os indivíduos humanos.
- C) pois a ideia central se baseia completamente nas desigualdades humanas, produzida pela necessidade de sobrevivência de todas as criaturas.
- D) posto que o argumento principal é a satisfação de presenciar a luta dos homens pela sobrevivência.
- E) pois o caráter bestial, a que o autor se refere, associa-se somente aos cães.

9. No período “Concluiu que os cães tinham fome”, a oração “que os cães tinham fome” exerce a função de

- A) complemento nominal.
- B) predicativo.
- C) aposto.
- D) sujeito.
- E) objeto direto.

10. Assinale a opção incorreta quanto ao emprego do acento indicativo da crase.

- A) “A física contemporânea é fruto da mente humana e, portanto, limitada à nossa capacidade de ver e interpretar a realidade.”
- B) “É possível fixar quadros e pequenos objetos à parede sem uma única martelada.”
- C) “As cadeiras ficaram mais compactas e aliaram à tecnologia ergonômica leveza e modernidade.”
- D) “A fábrica japonesa atingiu a liderança mundial ao aliar mecânica confiável a preços atrativos – até a obsessão por corte de custos solapar à qualidade de seus carros.”
- E) “A velocidade com que se expandia era proporcional à sua valorização aos olhos dos investidores.”

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Um professor propôs um problema com exatamente duas respostas corretas para cinco alunos. Ao resolver esse problema os alunos encontraram, como resposta, respectivamente, 1 e 9; 8 e 9; 8 e 5; 3 e 5; 9 e 6. Ao fazer a correção do problema o professor observou que um dos alunos errou as duas respostas, e os demais acertaram uma delas e erraram a outra. Nestas condições, podemos dizer que as respostas corretas do problema são:

- A) 3 e 5.
- B) 8 e 9.
- C) 8 e 3.
- D) 3 e 9.
- E) 9 e 6.

12. Adriana nasceu no dia 25 do mês de abril de 1974. Se, em um determinado ano, o mês de abril somente tem 4 domingos, podemos afirmar que o aniversário de Adriana não poderá acontecer em um dia de

- A) sexta-feira.
- B) terça-feira.
- C) quarta-feira.
- D) quinta-feira.
- E) sábado.

13. Considere a seguinte afirmação:

“Uma melancia pesa 3 kg mais meia melancia.”

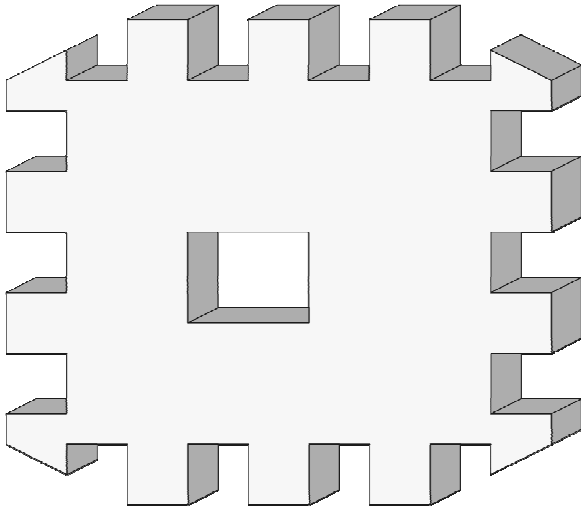
Podemos, então, concluir que uma melancia e meia pesa

- A) 6 kg.
- B) 7 kg.
- C) 8 kg.
- D) 9 kg.
- E) 10 kg.

14. Samuel, Vitor e Gabriel trabalhavam em uma Multinacional. Um deles tinha barba, outro tinha bigode e o outro não tinha barba. Cada um deles exercia dentro da empresa uma atividade diferente: um era arquiteto, outro era engenheiro e o outro era eletricista. O que tinha barba era arquiteto. Vitor era engenheiro. O que era eletricista não tinha bigode nem se chamava Samuel. Como se chamava o que não tinha barba e qual era sua profissão?

- A) Samuel – Engenheiro
- B) Vitor – Engenheiro
- C) Gabriel – Engenheiro
- D) Victor – Eletricista
- E) Gabriel – Eletricista

15. Observe o sólido vazado abaixo.



Então, em relação ao número de faces deste sólido, podemos dizer que ele é

- A) menor que 50.
- B) igual a 50.
- C) maior que 70.
- D) um número ímpar.
- E) divisível por 3.

Geografia e História de Rio Largo

16. O município de Rio Largo limita-se

- A) ao norte com os municípios de Messias e Murici, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Atalaia e a oeste com Maceió.
- B) ao norte com os municípios de Satuba e Pilar, ao sul com Messias e Murici, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.
- C) ao norte com os municípios de Satuba e Pilar, ao sul com Messias e Murici, a leste com Atalaia e a oeste com Maceió.
- D) ao norte com os municípios de Messias, Murici e Pilar, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.
- E) ao norte com os municípios de Messias e Murici, ao sul com Satuba e Pilar, a leste com Maceió e a oeste com Atalaia.

17. Dadas as proposições sobre o relevo do município de Rio Largo,

- I. Faz parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros.
- II. Apresenta altitude média na área urbana em torno de 150 a 200 metros.
- III. Apresenta relevo formado por densos planaltos cristalinos.
- IV. Apresenta chapadas resultantes de intenso processo erosivo.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, II e III.

18. Analise as opções e identifique a que melhor representa a distribuição populacional, de acordo com os setores de atividades, no município de Rio Largo.

- A) A maior parte das ofertas de empregos no município está concentrada no setor primário da economia.
- B) O setor secundário absorveu e continua absorvendo o maior número de trabalhadores rio-larguenses.
- C) O setor terciário da economia é responsável pela maior geração de empregos no município.
- D) Os setores primário e secundário concentram o maior número de trabalhadores no município.
- E) O setor terciário vem perdendo um grande número de trabalhadores para o setor primário nos últimos anos.

19. A bacia do rio Mundaú encontra-se em acelerado processo de degradação ambiental. Os fatores abaixo são causas dessa degradação, exceto:

- A) lançamentos de esgotos domésticos no rio.
- B) desmatamento das matas ciliares.
- C) diminuição da profundidade do leito, decorrente do processo de assoreamento.
- D) lixiviação do solo decorrente de atividades agrárias.
- E) lançamento de despejos industriais no rio.

20. Dadas as proposições sobre a economia de Rio Largo,

- I. O município já foi sede de duas fábricas têxteis, Cachoeira e Progresso Alagoano, que muito contribuíram para o desenvolvimento do município em épocas passadas.
- II. Com o aumento da área de cultivo da cana-de-açúcar, houve uma redução das plantações de culturas alimentares.
- III. O Distrito Industrial de Rio Largo se tornou referência estadual pela grande e diversificada produtividade, absorvendo um grande número de trabalhadores do município e de seu entorno.
- IV. O aeroporto Zumbi dos Palmares, localizado no município de Rio Largo, é uma das principais fontes de tributos do município.

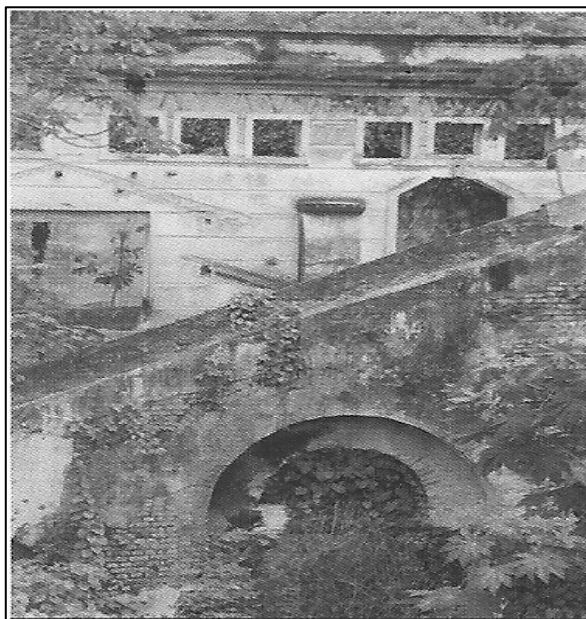
verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

21. Observe o mapa a seguir.

Dentre as aglomerações urbanas do município de Rio Largo, destacam-se os povoados

- A) Terra Nova, Camurupim, Tabuleiro do Pinto, Águas Claras, Utinga etc.
- B) Utinga, Chã da Terra, Quebra Carro, Salgado, Lourenço de Albuquerque etc.
- C) Gustavo Paiva, Tabuleiro do Martins, Terra Nova etc.
- D) Utinga, Lourenço de Albuquerque, Tabuleiro do Pinto, Águas Claras, Pau Amarelo etc.
- E) Coqueiro Seco, Camurupim, Terra Nova, Tabuleiro do Pinto etc.

22. Considere a ilustração.

Ruínas da antiga fábrica de tecidos em Rio Largo.

In: Enciclopédia dos Municípios Alagoanos.

No final do século XIX, nas terras pertencentes a antigos engenhos em Rio Largo, foram estabelecidas duas fábricas têxteis:

- A) Progresso Alagoano e Carmem.
- B) Cachoeira e Agro-Fábril Mercantil.
- C) Carmem e Fábrica da Pedra.
- D) Progresso Alagoano e Agro-Fábril Mercantil.
- E) Cachoeira e Progresso Alagoano.

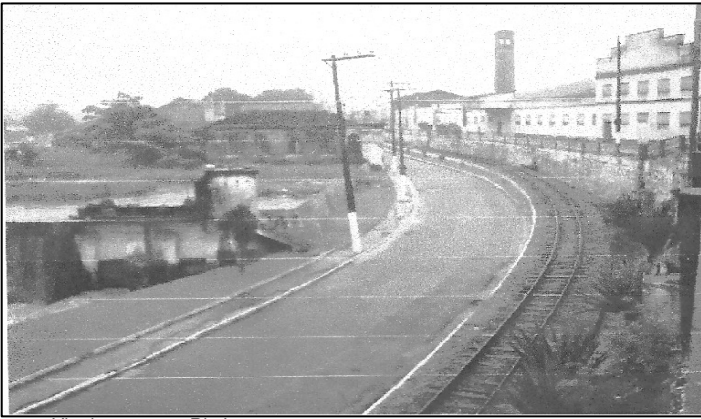
23. Com referência ao patrimônio histórico do município de Rio Largo, merece destaque o busto do comendador Gustavo Paiva, que é uma homenagem

- A) do operariado de Rio Largo, em 11 de setembro de 1946, ao grande empreendedor que marcou a história do município com sua visão social.
- B) do povo riolarguense ao fundador da Companhia de Fiação e Tecidos.
- C) ao centenário da Fábrica Cachoeira.
- D) ao comendador da Imperial Ordem da Rosa.
- E) à elevação de Rio Largo à categoria de cidade.

24. Em Rio Largo, em julho de 1894, uma usina começou a moer e tornou-se, à época, uma das maiores do setor em toda a América Latina, denominada

- A) Cachoeira do Meirim.
- B) Sumaúma.
- C) Brasileiro.
- D) Utinga Leão.
- E) Roçadinho.

25. Observe a gravura abaixo:



Via de acesso a Rio Largo.

In: Diego Maxuel Gomes da Silva.

Dadas as proposições abaixo sobre o município de Rio Largo,

- I. O desenvolvimento do polo industrial ocasionou a transferência da sede municipal para Rio Largo, que recebeu a categoria de cidade.
- II. A constituição de centro industrial, principalmente da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (CAET), fez com que Rio Largo atingisse o seu apogeu.
- III. A decadência do transporte ferroviário elevou a economia de Rio Largo.
- IV. O distrito industrial de Rio Largo não conseguiu se expandir e possui poucas indústrias expressivas, como a cristal, de engarrafamento de água mineral.
- V. O advento das ferrovias foi de suma importância para o desenvolvimento econômico.

verifica-se que estão corretas

- A) I, IV e V.
- B) III, IV e V.
- C) I, II e III.
- D) I, II e V.
- E) II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Dadas as proposições seguintes sobre a elaboração da lei orçamentária, mas especificamente sobre as seguintes fases: sanção, veto, promulgação e publicação,

- I. A sanção é definida como a aquiescência do titular do Poder Executivo ao projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo; assim, o titular do Poder Executivo somente sancionará o projeto se estiver de acordo com ele.
- II. O veto corresponde à fase que traduz a responsabilidade, pela apresentação do projeto de lei orçamentária ao Legislativo. No Brasil, diz-se que a lei orçamentária é de iniciativa vinculada, ou seja, embora a iniciativa seja do titular do Poder Executivo, ele está obrigado ao prazo focado.
- III. Na fase de promulgação, o projeto de lei é transformado em lei: a) quando aprovado pelo Legislativo, é sancionado expressa ou tacitamente pelo Executivo; b) quando aprovado pelo Legislativo, é vetado pelo Executivo e o veto é rejeitado na forma constitucional.
- IV. A publicação é o ato pelo qual é dado a conhecer que uma lei nova está em vigor. Ao contrário da promulgação, que revela a obrigatoriedade de uma lei, a publicação impõe a sua executoriedade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

27. Julgue os itens seguintes (V – verdadeiro e F – falso).

- () Para assegurar a plena fiscalização orçamentária, no que tange aos entes públicos, a Constituição de 1988 prevê os seguintes mecanismos de controle: externo e geral.
- () Serão autorizados por lei e abertos por decreto do Poder Executivo todos os créditos adicionais.
- () A programação orçamentária e financeira deve ser estabelecida pelo Poder Executivo trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária.
- () A Lei Orçamentária Anual abrange a todas as entidades públicas da administração direta, as autarquias, as fundações públicas e as empresas estatais. Estas duas últimas, somente se forem dependentes.

Indique a sequência correta, de cima para baixo, referente a sua escolha.

- A) F – V – V – V
- B) F – F – F – V
- C) F – F – V – V
- D) V – F – V – V
- E) F – V – V – F



28. De acordo com a organização política-administrativa brasileira, indique a única opção correta.

- A) A organização política-administrativa brasileira é a de um Estado Federal e caracteriza-se pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal, destacando-se, ainda, no sistema brasileiro, a existência dos Territórios, não caracteristicamente entidades federativas, mas unidades político-administrativas, que integram a União, reconhecidas pela Constituição.
- B) A organização política-administrativa brasileira é a de um Estado Federal e caracteriza-se pela união indissolúvel dos Estados-membros, dos Municípios e do Distrito Federal, destacando-se, ainda, no sistema brasileiro, a existência dos Territórios como entidades também federativas, que integram o governo municipal.
- C) A organização política-administrativa brasileira é a de uma unidade federativa e caracteriza-se pela subdivisão entre Municípios e Estados, destacando-se, ainda, no sistema brasileiro, a existência do distrito federal e dos territórios, não caracteristicamente entidades federativas, mas unidades político-administrativas, que integram os estados e/ou municípios.
- D) A organização política-administrativa brasileira é a de um Governo Estadual (unidade) e caracteriza-se pela subdivisão entre Municípios e Estados, destacando-se, ainda, no sistema brasileiro, a existência de territórios e do distrito federal, ambos unidades político-administrativas, que integram os municípios e/ou governo estadual.
- E) A organização política-administrativa brasileira é a de um Estado Federal e caracteriza-se pela união dos Estados-membros, dos Estados e do Distrito Federal, destacando-se, ainda, no sistema brasileiro, a existência dos Territórios, que são entidades federativas e unidades político-administrativas, que integram a Federação.

29. Dadas as proposições sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias,

- I. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da Administração Pública e inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- II. As metas e prioridades da Administração Pública Federal, assim como a política de aplicação das agências financeiras de fomento, devem constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá orientações para a elaboração das propostas orçamentárias a serem observadas ao longo de todo o mandato do presidente.
- IV. Pode a Lei Orçamentária conter autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares e para realizar operações de créditos por antecipação de receita.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

30. O Departamento Estadual de Trânsito de Alagoas está organizando o III Congresso Regional de Trânsito, que será realizado em novembro (2010) na cidade de Maceió/AL. Para facilitar a vida dos congressistas, o DETRAN disponibilizou informações sobre um pacote que inclui inscrição e material didático (com *coffee break*) para participação no evento. Indique, utilizando os dados a seguir, a quantidade mínima de congressistas que o DETRAN deverá inscrever. Sendo assim, calcule o ponto de equilíbrio contábil.

A programação do evento conta com aproximadamente 10.000 congressistas no mês de novembro/2010, com gastos totais de R\$ 13.500.000,00. O preço de venda do pacote unitário é de R\$ 1.500,00 e a margem de contribuição é de 25% do preço de venda.

O ponto de equilíbrio contábil no mês foi de

- A) 10.000 congressistas.
- B) 13.500 congressistas.
- C) 9.000 congressistas.
- D) 6.000 congressistas.
- E) 3.375 congressistas.

31. Analisando a tabela (modelo simplificado de uma LOA – Lei Orçamentária Anual) e as proposições seguintes,

Exemplo (simplificado) de uma LOA:

LOA 2009			
Receitas Previstas		Despesas Fixadas (Créditos Orçamentários)	
Tributárias	60.000,00	Pessoal	50.000,00
Contribuições	20.000,00	Serviços de Terceiros	15.000,00
Patrimoniais	15.000,00	Material de Consumo	20.000,00
Serviços	4.000,00	Material Permanente	5.000,00
Alienação de Bens	1.000,00	Obras e Instalações	10.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

- I. A coluna das receitas previstas representa o montante que o Estado prevê arrecadar naquele exercício financeiro (ano de 2009).
- II. A coluna das despesas fixadas (créditos orçamentários) representa o montante que o Estado tem autorizado a gastar naquele exercício financeiro (ano de 2009).
- III. A coluna das receitas representa o total de créditos disponíveis para o gestor realizar os programas de governo; é quanto o gestor público está interessado em gastar com saúde, educação e segurança pública.
- IV. A coluna das despesas fixadas detalha o montante que o gestor pode gastar até o montante fixado (autoriza), não podendo ultrapassar o total de créditos concedidos.
- V. Se durante a execução do orçamento público o gestor verificar que o total de crédito orçamentário não é suficiente, poderá também solicitar um crédito adicional, ou seja, um crédito orçamentário adicional.

verifica-se que

- A) somente I, II, III e V são verdadeiras.
- B) somente I, II, IV e V são verdadeiras.
- C) somente II, III, IV e V são verdadeiras.
- D) somente I, III e IV são verdadeiras.
- E) todas são verdadeiras.



32. De acordo com o método de custeamento, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira.

1ª coluna	2ª coluna
1. Custeio Absorção	() É conhecido na literatura como custeio marginal. Esse método não chega a um valor de custo do produto, mas determina a contribuição que cada produto traz à empresa.
	() Essa metodologia procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos.
2. Custeio Baseado em Atividades (ABC)	() Esse método considera como componentes do custo industrial todos os elementos direta ou indiretamente ligados à produção.
3. Custeio Variável	() Esse método de custeamento é o único legalmente aceito, no Brasil e em vários países, para a avaliação de estoques para fins de elaboração de balanço patrimonial e demonstração de resultados.
	() Nessa metodologia de custeio, os fatores utilizados para mensurar a maneira e a intensidade com que os objetos de custeio “consomem” os custos são denominados direcionadores.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 3 – 2 – 1 – 1 – 2
- B) 1 – 1 – 2 – 2 – 3
- C) 3 – 1 – 1 – 1 – 2
- D) 2 – 2 – 3 – 3 – 1
- E) 3 – 3 – 1 – 1 – 2

33. Pode-se afirmar, com relação ao custeio baseado em atividades:

- A) no custeio baseado em atividades a valoração dos estoques contempla custos (diretos e indiretos) e despesas variáveis.
- B) há diferença no valor do resultado operacional entre o custeio baseado em atividades (ABC) e o custeio por absorção, apenas, no tratamento dos custos diretos e variáveis.
- C) ao comparar, em determinado período, em que não haja estoques iniciais, comparando o custeio baseado em atividades com o custeio por absorção, este último, apresentará resultado do custo unitário maior sempre que a empresa vender menos do que produzir.
- D) o custeio baseado em atividades, quando aplicado exclusivamente no contexto de cada departamento, isto é, sem a visão de processos, e preocupado apenas em melhorar a acurácia do cálculo do custo dos produtos, é conhecido como primeira geração.
- E) esse método deixa muitas lacunas ao ser utilizado para o controle e a tomada de decisão, pois exige um vínculo das atividades com os resultados (produtos, serviços, clientes e projetos).

34. Considerando as exigências do governo e da sociedade pela racionalização dos gastos nos hospitais públicos, no Brasil, eclode uma busca pelo gerenciamento sustentável destas instituições. Dadas as assertivas seguintes, com base nessa abordagem,

- I. Os custos em um hospital funcionam como em qualquer outra atividade, com particularidades a cada área: trata-se de prestação de serviços, cujo produto final é a recuperação e satisfação do paciente e de seus acompanhantes.
- II. O que se espera de um sistema de custeio é que identifique qual é o custo de um produto ou serviço, onde é possível reduzir custos e/ou aumentar a qualidade, que permita realizar análises de relação custo *versus* benefício, ou seja, que permita tomar decisões rápidas e certas.
- III. Um hospital público é formado por uma estrutura de alto dinamismo operacional, desenvolvendo atividades complexas no trato da saúde das pessoas, esses fatores descartam a impossibilidade de implantação do custeio baseado em atividades.
- IV. O gerenciamento dos custos em hospitais públicos auxilia na preparação do orçamento, fator relevante na área pública. Sendo necessário determinar os custos por períodos, calcular o valor dos estoques de materiais (medicamentos), controlar quantidades físicas, além de estabelecer procedimentos que permitam controle e planejamento.
- V. O sistema de contabilidade de custos é um subsistema do sistema de informação contábil e contempla a acumulação de dados, o processamento e a saída em forma de relatórios que facilitam as ações dos gestores a fim de otimizar os resultados, portanto, é um elemento importante para o planejamento dos hospitais públicos.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II e III apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

35. De acordo com as Receitas Públicas, enumere os exemplos mencionados na segunda coluna de acordo com a receita pública da primeira coluna.

1ª coluna	2ª coluna (Alguns exemplos)
1. Receitas Tributárias	() Arrecadação de IPVA, ISS e ICMS.
	() Arrendamentos e receitas de concessões e permissões.
2. Receitas Patrimoniais	() Multas e juros de mora e cobranças da dívida ativa.
3. Outras Receitas Correntes	() Restituições e indenizações.
	() Podem ser provenientes de receitas imobiliárias.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 3 – 2 – 2 – 1 – 3.
- B) 1 – 2 – 3 – 3 – 2.
- C) 3 – 1 – 1 – 1 – 2.
- D) 1 – 2 – 3 – 3 – 1.
- E) 2 – 3 – 1 – 2 – 2.



36. Tanto o controle interno de cada Poder, quanto o controle externo têm a incumbência da fiscalização dos recursos públicos, observando os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial da União e das Entidades da administração direta e indireta, respeitando as abordagens que envolvem: (I) legalidade, (II) legitimidade, (III) economicidade, (IV) aplicação das subvenções e (V) renúncia de receitas. Com base nessas cinco abordagens mencionadas, analise as afirmações a seguir.

- I. A legalidade trata-se do princípio basilar da Administração Pública, pelo qual o administrador, em nome do interesse público, somente pode fazer o que a lei permite (ao contrário do particular, que pode fazer tudo que a lei não proíbe).
- II. Quanto à legitimidade, trata-se de mérito, ou seja, não basta que o ato praticado seja legal, pois deve ser também legítimo, moral, no sentido de visar ao alcance da finalidade pública prioritária. O administrador deve praticar seus atos voltados, exclusivamente, para o interesse público. Caso contrário, ocorrerá desvio de finalidade.
- III. A economicidade envolve também questão de mérito, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação de despesa pública, de modo mais econômico, atendendo, por exemplo, uma adequada relação custo-benefício.
- IV. A Lei 4.320/64 dispõe que subvenções são transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas. As subvenções podem ser de caráter social ou econômico, essas últimas são destinadas a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- V. Sobre renúncia das receitas, trata-se especificamente da renúncia de arrecadação de recursos de caráter industrial ou agrícola dando a oportunidade de liquidação de pendências fiscais com uma redução na base de cálculo dos tributos e contribuições federais.

Verifica-se que

- A) somente I, II, III e V são verdadeiras.
- B) somente I, II, IV e V são verdadeiras.
- C) somente II, III e V são verdadeiras.
- D) somente I, II, III e IV são verdadeiras.
- E) todas são verdadeiras.

37. Considerando aspectos sobre a política-administrativa brasileira e o orçamento público, assinale opção correta.

- A) Os Planos Plurianuais são leis de iniciativa do Poder Legislativo.
- B) A programação orçamentária e financeira deve ser estabelecida pelo Poder Executivo no mesmo dia da publicação da Lei Orçamentária.
- C) A Lei Orçamentária Anual abrange apenas as entidades públicas da administração direta.
- D) O órgão responsável pela consolidação da proposta orçamentária, em nível federal, é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- E) Caso haja vínculos de equidade entre receita e despesa, poderão ser aprovadas emendas aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias incompatíveis com o plano plurianual.

38. Dadas as afirmações seguintes sobre Receitas Correntes,

- I. As receitas tributárias são resultantes da arrecadação de tributos e contribuições. Alguns exemplos: arrecadação de IR, IPTU, PIS e da COFINS.
- II. As receitas patrimoniais são obtidas na exploração do patrimônio do Estado. Alguns exemplos: arrecadação de aluguéis e dividendos.
- III. As receitas correntes se dividem em: alienação de bens, operações de crédito, transferências de capital e outras receitas correntes.
- IV. As receitas de contribuições são provenientes de contribuições sociais e econômicas. A arrecadação de contribuição do PIS é um exemplo muito comum desse tipo de arrecadação.
- V. As receitas industriais resultam da exploração direta, por parte do Estado, de operações comerciais decorrentes de atividades industriais.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II e V apenas.
- B) II, III e V apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

39. Dentro da estrutura organizacional dos Poderes, as entidades públicas são classificadas como direta e indireta. Considerando essa abordagem política-administrativa brasileira, analise as opções a seguir.

- I. A administração direta constitui-se dos serviços dos órgãos integrantes da entidade administrativa centralizada (ministérios, secretarias, órgãos legislativos, tribunais judiciais, ministério público).
- II. A administração indireta compreende as categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, que executam os serviços descentralizados, nos quais o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação.
- III. As entidades estatais são consideradas administrações diretas (centralizadas) e as entidades autárquicas, fundacionais e empresárias são consideradas administrações indiretas (descentralizadas).
- IV. Na atual organização política-administrativa brasileira, as entidades são intituladas apenas como Estatais, Autárquicas e Fundacionais.
- V. O campo de aplicação dos orçamentos públicos na administração pública brasileira constitui o das pessoas jurídicas de Direito Público, bem como o de algumas de suas entidades vinculadas (Fundações Públicas, Empresas privadas e Sociedades de Economia Mista).

Verifica-se que

- A) somente II, IV e V são verdadeiras.
- B) somente I, II, III e IV são verdadeiras.
- C) somente I, II, III e V são verdadeiras.
- D) somente I, III, IV e V são verdadeiras.
- E) todas são verdadeiras.

**40. Analise as abordagens abaixo sobre Eficiência e Eficácia na gestão pública.**

- () A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- () Eficiência aproxima-se da ideia de economicidade. Visa-se a atingir os objetivos, traduzidos por boa prestação de serviços, do modo mais simples, mais rápido, e mais econômico, elevando a relação custo/benefício do trabalho público.
- () Doutrinadores definem o princípio da eficiência como aquele que "impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia, e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social".
- () Somente os poderes legislativo e executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- () Eficiência tem como corolário a boa qualidade. A eficiência trata-se de um dos ingredientes que faltava para que a sociedade pudesse cobrar a efetividade de direitos, como por exemplo, relativos à educação e à saúde, com bom nível. Isto faz com que o Estado tenha que responder às expectativas quanto às suas funções básicas, principalmente as sociais.

Indique a opção correta, observando a sequência, de cima para baixo, ao realizar a análise (V – verdadeiro e F – falso).

- A) V – V – F – F – F.
- B) F – F – V – V – V.
- C) V – V – V – F – V.
- D) V – V – V – F – F.
- E) V – F – F – V – F.

41. De acordo com a Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência

- A) ao Ministério Público Estadual, para que ajuíze a ação competente junto à Justiça Estadual de primeira instância.
- B) à Polícia Federal para a abertura de inquérito e investigação.
- C) ao Tribunal de Contas da União, para que tome as providências no seu âmbito de atuação.
- D) ao Poder Judiciário.
- E) ao Chefe imediato para que represente ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público.

42. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Considerando essa abordagem, enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna.

1ª coluna	2ª coluna
1. O Controle Interno deve ser estruturado de forma integrada entre os Poderes, com a finalidade de:	() apreciação das contas do Chefe do Poder Executivo.
	() aplicação aos responsáveis das sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário público.
2. O Controle Externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:	() realização de inspeções auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
	() avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
	() exercer controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, dos Estados e Municípios.

A sequência correta, de cima para baixo, está na opção

- A) 1 – 1 – 1 – 2 – 2
- B) 1 – 2 – 2 – 1 – 2
- C) 2 – 2 – 1 – 1 – 1
- D) 1 – 2 – 2 – 1 – 1
- E) 2 – 2 – 1 – 2 – 1

43. Indique a opção correta, analisando alguns dos temas que são essenciais para a compreensão da Contabilidade Pública e Orçamento.

- A) As Leis de iniciativa do Poder Executivo são: I – o plano plurianual, II – as diretrizes orçamentárias, III – os orçamentos anuais e IV – Os orçamentos semestrais.
- B) O Poder Executivo publicará, até 60 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- C) O Poder Executivo publicará a vigência do plano plurianual, que se inicia no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo, terminando no segundo ano do mandatário subsequente.
- D) A vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias será de um período de 24 meses, mas não coincide com o ciclo orçamentário.
- E) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, instrumentos já implementados, representam os pilares básicos do planejamento na Administração Pública brasileira dos entes da federação e seus respectivos poderes.



44. Assinale a opção correta, pertinente às considerações sobre receitas e despesas públicas, tendo como base a Lei nº 4.320/1964 e as lições doutrinárias.

- A) São receitas de capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital e, ainda, o *superávit* do orçamento corrente.
- B) A receita orçamentária obedecerá à seguinte classificação: receitas correntes (tributárias, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, transferências corrente e outras receitas correntes) e receitas de capital (operação de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, receitas de serviços, transferência de capital e outras receitas de capital).
- C) Segundo doutrinadores, a despesa pública consiste no conjunto dos dispêndios do Estado para o funcionamento dos serviços públicos. Sob outro aspecto e mais amplo, podemos dizer que a despesa pública é a aplicação de certa importância em dinheiro, por autoridade pública, de acordo com a autorização do Poder Legislativo, para a execução de serviços a cargo do Governo.
- D) Inversões Financeiras são despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.
- E) Classificam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços e as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções.

45. Assinale a opção que indica uma despesa extraorçamentária.

- A) Pagamento de serviços de terceiros.
- B) Pagamento da contribuição patronal ao RPPS.
- C) Pagamento de pessoal.
- D) Devolução de caução.
- E) Pagamento de juros da Operação de Crédito por antecipação de receita.

46. No Plano de Contas da Administração Pública, a classe representa o nível máximo de agregação das contas. Assinale opção que expressa indubitavelmente uma classe.

- A) Passivo Exigível.
- B) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- C) Ativo.
- D) Ativo Intangível.
- E) Patrimônio Líquido.

47. No Balanço Orçamentário, o saldo negativo resultante da diferença entre os totais da arrecadação prevista e da realizada na execução orçamentária de um ente público é denominado

- A) Superávit Financeiro.
- B) Déficit Orçamentário.
- C) Excesso de Arrecadação.
- D) Ativo Real Líquido.
- E) Superávit Orçamentário.

48. A contribuição previdenciária retida pelo Governo Municipal dos seus servidores é Receita

- A) extraorçamentária.
- B) compulsória.
- C) patrimonial.
- D) tributária.
- E) outras receitas diversas.

49. O demonstrativo que congrega receitas e despesas orçamentárias, mutações patrimoniais, bem como contas não resultantes da execução orçamentária é

- A) a Demonstração das Variações Patrimoniais.
- B) o Balanço Orçamentário.
- C) o Balanço Financeiro.
- D) o Balanço Patrimonial.
- E) o Balanço Compensado.

50. A arrecadação da receita proveniente da alienação de bens é refletida

- A) nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.
- B) exclusivamente nos sistemas orçamentário e financeiro.
- C) exclusivamente nos sistemas orçamentário e patrimonial.
- D) no sistema orçamentário, apenas.
- E) somente nos sistemas financeiro e patrimonial.

51. A previsão de receitas e a fixação da despesa, bem como o déficit, o superávit ou o equilíbrio da execução orçamentária devem ser revelados no

- A) Balanço Financeiro.
- B) Balanço Econômico.
- C) Balanço Patrimonial.
- D) Balanço Orçamentário.
- E) Demonstração das Variações Patrimoniais.

52. Sobre a Demonstração das Variações Patrimoniais, assinale a opção correta.

- A) Evidenciará as alterações verificadas nas receitas, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- B) Evidenciará as alterações nas receitas e despesas, resultantes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- C) Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado financeiro do exercício.
- D) Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- E) Evidenciará as alterações verificadas no orçamento, resultantes da sua execução, e indicará o resultado orçamentário do exercício.



53. Sobre a aplicação de recursos públicos, assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata sequência.

- () No nível federal, o Sistema de Controle Interno deverá ficar a cargo de unidade administrativa vinculada ao Ministério da Fazenda, que manterá, de forma integrada, o sistema de controle interno dos três poderes.
- () O Sistema de Controle Interno deverá apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- () O Sistema de Controle Interno deverá comprovar a legalidade e avaliar a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração federal.
- () O Sistema de Controle Interno deverá comprovar a legalidade e avaliar a eficácia e a eficiência da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- () O Sistema de Controle Interno terá seus trabalhos como base para as verificações e conclusões do Tribunal de Contas da União.

- A) V – V – F – V – F
- B) F – F – F – V – F
- C) V – V – F – F – F
- D) V – F – F – V – V
- E) F – V – V – V – V

54. Acerca dos controles internos, assinale a opção incorreta.

- A) O responsável pela implantação do sistema de controle interno na empresa é a administração da empresa.
- B) Orientação aos administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Sistema de Controle Interno é uma das funções do controle interno.
- C) Para fins de controle interno, a segregação de funções consiste em estabelecer que um mesmo funcionário não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis da empresa.
- D) Um dos objetivos do controle interno é avaliar a necessidade de novas normas internas ou mesmo de modificação das já existentes.
- E) Para avaliação do controle interno, o auditor deverá fazer uso de questionários que servirão para avaliar tanto o controle interno contábil quanto o controle interno administrativo. Esses controles servem para evitar omissões do auditor.

55. Segundo as normas de auditoria do setor público, as informações que fundamentam os resultados de uma auditoria são denominadas

- A) evidências de auditoria.
- B) relatórios de recomendações.
- C) parecer dos auditores.
- D) testes substantivos.
- E) informações confidenciais.

56. A respeito das normas brasileiras para o exercício da auditoria, assinale a opção que não expressa um instrumento de comunicação do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo.

- A) Certificado.
- B) Auto de Infração.
- C) Nota.
- D) Parecer.
- E) Relatório.

57. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União, sobre a Administração Pública, é uma espécie de controle

- A) interno.
- B) externo.
- C) misto.
- D) hierárquico.
- E) judicial.

58. O controle afeto ao Tribunal de Contas da União abrange

- A) somente as pessoas jurídicas de direito público.
- B) somente os órgãos da administração direta.
- C) as contas supranacionais das empresas internacionais que possuem capital brasileiro.
- D) órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- E) as fundações privadas.

59. Diversas são as formas de controle previstas e autorizadas no texto da constitucional. Nesses termos, o fato de o Tribunal de Contas realizar auditoria em determinada obra evidencia o exercício do controle

- A) concomitante e interno.
- B) concomitante e externo.
- C) prévio e interno.
- D) corretivo e interno.
- E) corretivo e externo.

60. Em relação ao Controle Externo nos Municípios, assinale a opção correta.

- A) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante o controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- B) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Municípios.
- C) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, somente deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- D) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte para o exame e a apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- E) Na aplicação de recursos federais, os Municípios são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União.



61. Com base nos dispositivos da Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A) O Tribunal de Contas da União – TCU – é órgão vinculado ao Senado da República.
- B) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros.
- C) As decisões do TCU não se submetem a controle judicial.
- D) Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- E) A titularidade do Controle Externo, no Brasil, pertence ao Tribunal de Contas da União.

62. As frases a seguir são certas (C) ou erradas (E). Assinale a opção correta, de cima para baixo.

- () O Tribunal de Contas da União é uma unidade do Poder Executivo.
 - () Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Federal.
 - () O Tribunal de Contas da União é uma unidade auxiliar do Poder Legislativo.
 - () Cabe ao Tribunal de Contas da União dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal.
- A) C, C, E, E
 - B) E, E, C, E
 - C) C, E, C, E
 - D) E, C, E, C
 - E) C, E, E, C

63. A Lei n.º 8.666/93 que regulamenta os processos de aquisições de bens e serviços pela administração pública, divide o Processo Licitatório em cinco modalidades diferenciadas basicamente pelo valor do bem ou serviço a ser contratado. Sua dispensa ou inexigibilidade também é prevista em lei nos casos a seguir, exceto:

- A) obras e serviços exclusivos a Controladoria Geral da União, quando autorizados em regime de necessidade especial pelo Congresso Nacional.
- B) serviços técnicos profissionais de natureza singular; no caso, compreendemos os serviços para o qual o profissional tenha notória especialização.
- C) a contratação de artistas, quando consagrados pela crítica.
- D) sempre que houver inviabilidade de competição.
- E) para compras e serviços de valor até oito mil reais e obras ou serviços de engenharia de valor inferior ou igual a quinze mil reais.

64. Por meio da Administração Pública, o Estado dispõe dos elementos necessários para implementar as prioridades do Governo. Assim, é de extrema relevância as ações empreendidas pelo gestor da coisa pública, destacando especial atenção ao grau de aderência ao interesse público (efetividade). Diante dessas proposições,

- I. O objetivo principal do controle interno é o de possuir ação preventiva antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios da Constituição da República Federativa do Brasil.
- II. O controle interno se funda em razões de ordem administrativa, jurídica e mesmo política. Sem controle não há, nem poderia haver, em termos realistas, responsabilidade pública. A responsabilidade pública depende de uma fiscalização eficaz dos atos do Estado.
- III. O controle externo opera na organização compreendendo o planejamento e a orçamentação dos meios, a execução das atividades planejadas e a avaliação periódica da atuação.
- IV. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- V. O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

verifica-se que

- A) apenas I, II e III estão corretas.
- B) apenas II e IV estão corretas.
- C) apenas a I está correta.
- D) apenas I, II e IV estão corretas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

65. Dentre as opções a seguir, a única que não pode ser considerada como condição relacionada à Lei de Responsabilidades Fiscal é a opção:

- A) a aprovação da LRF incorporou aos costumes político-administrativos a preocupação com os limites de gastos pelos administradores públicos municipais, estaduais e federais. A lei veio regulamentar o artigo 170 da Constituição Federal, introduzindo o conceito de gestão fiscal responsável.
- B) o impacto causado pela LRF, desde sua proposição, encarece o princípio jurídico da eficiência quando focaliza o estrito liame que deve existir entre a fixação e a execução de metas fiscais, enfatizando o controle do percurso para consecução de resultados.
- C) a LRF tornou concreto e palpável o princípio da economicidade, pela conceituação mais exata de gestão orçamentária e fiscal.
- D) a LRF reavivou a noção de continuidade administrativa, até então, pouco explorada pelo ordenamento legislativo e mesmo pela doutrina nacional.
- E) a LRF desenvolveu, sobretudo, o princípio fundamental da responsividade ("accountability"), correlato a todos os demais descritos no art. 37 da Carta Magna.



66. São elementos históricos para elaboração do conceito de cidadania a partir da garantia dos direitos civis, políticos e sociais, exceto a opção:

- A)** em relação aos direitos civis estes estão relacionados a direitos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e à justiça.
- B)** no setor econômico, os direitos políticos, referem-se ao direito de trabalhar – escolher que ocupação quer seguir – direito negado no passado pela lei e pelos costumes, a qual destinava certas ocupações a certas classes sociais.
- C)** a história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pelo acréscimo gradativo de novos direitos àqueles que já possuíam um status na sociedade, isto é, os direitos civis foram garantidos somente para aqueles cidadãos livres e autônomos, somente para os homens da comunidade.
- D)** em relação aos direitos políticos, estes são classificados pelo direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo.
- E)** somente com a organização da classe operária e em consequência da Revolução Russa de 1917 é que as ideias liberais começaram a ser questionadas na sociedade. Surgem os defensores do liberalismo social, no qual haveria a participação do Estado por meio da política do Estado de bem-estar social. É neste período que surgem os direitos sociais vinculados ao status de cidadania. Os direitos sociais são tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar.

67. Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Diante dessas proposições,

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- V. Expedir mandatos políticos.

verifica-se que

- A)** apenas II, IV e V estão corretas.
- B)** I, II, III e IV estão corretas.
- C)** I, II, IV e V estão corretas.
- D)** apenas a III está correta.
- E)** apenas I e V, estão corretas.

68. Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida na Lei,

- I. julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das unidades dos poderes da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário;
- II. proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e das demais entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal;
- III. apreciar as contas prestadas anualmente pelos Presidentes das Federações de Indústria, nos termos do Art. 36 da Lei 8.443;
- IV. acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno;
- V. apreciar, para fins de registro, na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, mesmo as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

Verifica-se que

- A)** I, II e IV estão corretas
- B)** I, II e V estão corretas
- C)** apenas a II está correta.
- D)** II e III estão corretas.
- E)** III e V estão corretas.

69. É a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento do bem ou serviço comum é feita em sessão pública, por meio de proposta de preços escrita ou verbal. Trata-se, portanto, da seguinte forma de licitação:

- A)** Tomada de Preços.
- B)** Pregão presencial.
- C)** Concurso.
- D)** Leilão.
- E)** Concorrência.

70. O Planejamento Estratégico Governamental deve subsidiar as ações que se realizam no contexto maior da gestão pública, em particular aquelas que se relacionam ao ciclo de elaboração das políticas públicas (formulação, implementação e avaliação). Nessa direção, é incorreto afirmar:

- A)** o sistema de Planejamento Estratégico Governamental é constituído por componentes que garantem um acompanhamento e um processamento adequado dos fluxos de informação que alimentam as decisões de uma equipe dirigente.
- B)** no Planejamento Governamental existe um sistema de constituição da agenda no qual se decide o uso do tempo e o foco de atenção dos dirigentes, o que, em síntese, constitui o menu de decisões. Nesse sistema, o fluxo contínuo de informações estabelece a luta entre a improvisação e o planejamento.
- C)** planejar não implica identificar e disponibilizar os meios necessários para a ação, os diversos recursos necessários, poder político, conhecimento, capacidades organizativas, equipamentos e tecnologia e, também, mas nem sempre, recursos econômico-financeiros.
- D)** no Planejamento Governamental, existe um sistema de cobrança e prestação de contas em que se torna efetiva a responsabilidade de cada membro da unidade organizacional sobre as missões assumidas como compromissos. Com este sistema, conforma-se um processo de trabalho com base na responsabilidade. Ele não pode ser estruturado sem que informações confiáveis e oportunas estejam disponíveis.
- E)** no Planejamento Governamental, existe um sistema de gestão operacional em que é viabilizada a ação diária num processo em que se enfrentam a rotina e a criatividade. Na gestão predomina a ação sujeita a diretrizes, mas elas devem deixar um amplo campo à criatividade, à iniciativa e à inovação.

Mais um concurso com a realização:



Prefeitura Municipal de Rio Largo

